



(Tradução)

Interpelação Escrita

Com a finalidade de estabelecer um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos e concretização do conceito “Construir Macau através da formação de talentos”, o Governo da RAEM criou, no início do ano passado, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, responsável pela concretização de diversos trabalhos relevantes, nomeadamente, definir, planear e coordenar uma estratégia de formação a longo prazo de talentos da RAEM; conceber medidas e políticas de curto, médio e longo prazo destinadas à formação de talentos; implementar o «Programa da formação de elites», o «Programa de estímulo aos quadros qualificados e especializados» e o «Programa de incentivo aos quadros técnico-profissionais»; estabelecer um mecanismo que estimule a retenção de talentos e o regresso a Macau dos talentos que se encontram no exterior; e promover e coordenar a cooperação local, regional e internacional no âmbito da formação de talentos.

Desde a criação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos, foram desenvolvidos muitos trabalhos, ao nível de planeamento e avaliação de talentos, impulsionamento do regresso a Macau dos talentos que se encontram no exterior, captação de talentos do exterior e formação de talentos. Muitos membros que fazem parte desta Comissão apresentaram diversas opiniões construtivas, designadamente, impulsionar o regresso a Macau dos talentos que se encontram no exterior, incentivar as empresas concessionárias do sector do jogo a organizar formação em exercício, bem como acelerar a regulamentação da credenciação profissional. Entretanto,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

continuam a existir barreiras regimentais que restringem o regresso e desenvolvimento de talentos.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No decorrer da elaboração e definição dos regimes de certificação profissional, as áreas de especialização da licenciatura são sempre fixadas como factor determinante da qualificação da certificação profissional e, em determinado grau, os titulares de mestrado e doutoramento possuidores de uma licenciatura numa área diferente de especialização são excluídos. No âmbito da determinação da capacidade e qualificação, o Governo deve considerar relaxar as exigências e recorrer à formação e prestação de provas para avaliação da capacidade profissional. Vai o Governo fazer isto?
2. Numa perspectiva de captar talentos, de forma aberta, e de salvaguardar a avaliação justa e impulsionar a mobilidade ascendente de talentos, o Governo deve proceder ao desenvolvimento de estudos específicos relacionados. Isso já foi feito? Que soluções foram adoptadas pelo Governo para fazer face às barreiras regimentais que restringem a captação e o regresso de talentos que são titulares de mestrado ou doutoramento, mas possuidores de uma licenciatura numa área diferente de especialização?

09 de Janeiro de 2015.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon**